

TRABALHO ASSOCIADO E ECOLOGIA: VISLUMBRANDO UM ETHOS SOLIDÁRIO, TERNO E DEMOCRÁTICO?

Telmo Adams

Introdução

A terra é como um organismo em que de repente aparece um vírus, uma bactéria, a qual ela terá que eliminar. Caso contrário, os “invasores” acabarão com o organismo. Então, a terra terá de eliminar esse vírus que é o ser humano. Prognosticando nesta direção, a terra terá de nos eliminar para deixar que as outras espécies continuem a sua aventura milenar e histórica. “E, talvez daqui a milhões e milhões de anos de evolução, outro ser complexo portador de inteligibilidade, de amorização, faça um novo ensaio do homem, talvez não só sapiens, mas um pouco mais sábio do que hoje” (BOFF, 1995, p. 12, apud ARRUDA, 2003, p. 79).

Historicamente, mais do que hoje, era pelo trabalho que o ser humano construía sua identidade social e profissional. Contudo, cada vez mais, em função das rápidas e profundas mudanças no mundo do trabalho, outros elementos começaram a fazer parte das mediações formadoras das identidades dos(as) trabalhadores(as). Decorrentes das exigências da reestruturação capitalista hegemônica na sociedade ampliaram-se as relações conflitivas no mundo do trabalho. Tais situações geraram acomodações, resistências, iniciativas e pressões individuais e coletivas da “classe-que-vive-do-trabalho” (CATTANI, 1996; ANTUNES, 1997). Ao mesmo tempo, oportunizam-se uma multiplicidade de espaços e novas dinâmicas educativas que hoje compõem um leque de possibilidades para a consolidação de uma nova cultura do trabalho, coerente com um paradigma ético, terno e democrático.

Trato do tema desde a ótica educativa e ética, pois entendo que a interação entre trabalho e ecologia pode contribuir na construção de um paradigma ecológico que renove utopias, aliando esperanças de um mundo onde caibam todos(as), em condições de dignidade e sustentabilidade. Os processos educativos realizam-se sempre por meio de múltiplas mediações en-

charcadas pela dimensão material da vida, de modo especial, pela experiência do trabalho. Educação e trabalho, em meio às ambivalências próprias dos processos sócio-históricos, constituem-se uma experiência social repleta de mediações pedagógicas.¹ Num sentido amplo, o trabalho humano congrega toda a atividade produtiva e criativa de bens materiais e imateriais, produzindo assim o mundo, o próprio homem: a cultura. Ou seja, o trabalho envolve toda ação humana transformadora da natureza, sendo o seu resultado o mundo da cultura que, por sua vez, exerce um efeito recíproco que tanto pode humanizar como desumanizar o próprio ser humano, o sujeito do trabalho. Nessa concepção, o trabalho não se restringe à ação produtora de mercadorias, mas abrange o “sentido mais amplo de toda ação criadora ou transformadora, que relaciona uma pessoa ou um grupo social consigo próprio, com outros e/ou com a natureza” (ARRUDA, 2003, p. 204). Pela atividade humana do trabalho, o ser humano se insere na experiência de participação ativa como sujeito social, mas igualmente constitui-se como sujeito no cotidiano da atividade do trabalho.

Esta reflexão coloca como pano de fundo um ambiente de profundas mudanças igualmente no campo político, social e cultural na América Latina. Neste contexto, conforme Streck e Eggert (2000, p. 145), podem ser destacados pelo menos três níveis de “deslocamentos”:

a) a dimensão política cede lugar, em importância, à dimensão econômica frente à crescente valorização das condições e das possibilidades de produção da existência;

b) da cultura desloca-se o peso às culturas com o reconhecimento da diversidade e multiplicidade de culturas dificilmente enquadráveis numa única cultura;

c) a história deixa de ser a referência primeira cedendo lugar à dinâmica do cotidiano; ou seja, as experiências do dia-a-dia são valorizadas não apenas como acidentes de uma grande marcha histórica.

Além do mais, as decorrências da chamada flexibilização das leis trabalhistas incidem perversamente sobre as organizações dos trabalhadores e sobre o mundo do trabalho como um todo. No Brasil, os avanços registrados na Constituição Federal de 1988, em grande parte, como resultado da luta dos movimentos sociais e segmentos das classes e grupos subalternos, foram

1 Mediações pedagógicas têm aqui o sentido de práticas sociais, incluindo as educativas, com maior ou menor grau de intencionalidade e interação problematizadora, crítica e propositiva, com aporte de elementos (in)formativos e desveladores de contradições da vida real, geradoras de estímulos ou rupturas que resultam em aprendizados, seja como formação humana, incluindo-se a técnica, a profissional, bem como a formação de um novo *ethos* (cf. ADAMS, 2007).

paradoxalmente anulados nos seus efeitos sociais pelo concomitante avanço das políticas neoliberais, a partir da década de 1990.

1 O trabalho no contexto capitalista neoliberal

No capitalismo, o trabalho é reduzido a fator de produção, em troca de um salário que viabiliza, para a grande maioria “dos que vivem do trabalho”, uma precária condição de sobrevivência. O trabalho passa a ser uma mercadoria, menos importante do que a máquina, o dinheiro. Em vez do ser humano, é o capital que ganha *status* de gente na medida em que a criação de produtos, a tecnologia e a própria possibilidade de ser feliz são atribuídas a ele. Assim, as relações entre capital e trabalho, no capitalismo, desvirtuam o sentido ontológico do trabalho. Tais relações de produção de crescente precarização do trabalho inviabilizam, para a maioria dos(as) trabalhadores(as), a emancipação humana e social, constituindo um ser humano degradado.

Pressuponho que em todo trabalho está presente algum tipo de associatividade, mesmo no individual e assalariado marcado por um maior ou menor grau de exploração. Contudo, a percepção dos aspectos emancipadores e alienados do trabalho exige que superemos as dicotomias lineares ou maniqueístas, a fim de captar os processos sempre contraditórios de (de)formação (ARROYO, 1997). As condições exteriores podem favorecer mediações mais ou menos emancipadoras, mas, ao mesmo tempo, deformadoras, embora nunca de forma determinista. Porém, pelo fato de todo trabalho ter um cunho social não elimina a exploração. Senão vejamos: numa empresa capitalista, o trabalho se realiza coletivamente, com a participação de todos(as). Os resultados dessa produção coletiva são apropriados pelo seu proprietário e não pelos trabalhadores(as) contratados(as) (com ou sem vínculo legal). Porém, apesar destas condições adversas, os(as) próprios(as) trabalhadores(as) podem realizar um processo de formação de compreensão da sua alienação. Dessa maneira, podem diminuir a distância entre o trabalho abstrato [presente com maior intensidade nas relações patrão x empregado – valor de troca] e o trabalho concreto² (que

2 Inspirada na tradição marxista, Eloísa E. Santos (2000, p. 123) recupera a distinção conceitual qualificativa entre o *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*. O primeiro refere-se ao lado alienante do trabalho produtor de mercadorias, enquanto valor de troca ligado ao fetichismo da mercadoria – dimensão objetiva. Esse aspecto do trabalho que apaga a individualidade dos trabalhadores foi demais enfatizada nas relações de produção capitalistas. O *trabalho concreto* corresponde à dimensão produtora do trabalho realizado por seres humanos, sujeitos – dimensão subjetiva – nos quais o sentido é dado pelo valor de USO, com a finalidade de satisfazer as necessidades do sujeito trabalhador, cultivando a dimensão emancipadora do trabalho. Eloísa, apoiada em diversos autores da sociologia do trabalho, busca restabelecer a dialética entre tais dimensões, valorizando, então, a categoria da “contradição”.

prioriza o valor de uso e é próprio das relações oportunizadas pelo trabalho associado). E, com base nesta análise, o trabalho pode ser considerado o único fator que produz valor, seja ele valor de uso, ou de troca (mais-valia).

Em um contexto de reestruturação produtiva em que o trabalho informal tende a se generalizar pela sua funcionalidade ao lucro do capital (TAVARES, 2004), o trabalho associado pode constituir-se no tensionamento de referência entre a produção capitalista hegemônica e a possibilidade da produção autogestionária. Mas assumir esta real ou potencial centralidade no movimento contra-hegemônico da sociedade não significa ausência de contradições. De um lado, há a subordinação à forma hegemônica de produção capitalista; de outro, a possibilidade de geração de uma nova sociabilidade, novos saberes, com a formação de um *ethos*³ da cultura do trabalho.

2 Características do trabalho associado

Como se coloca o trabalho associado na complexidade do mundo do trabalho? Mesmo que todo trabalho sempre tenha alguma sociabilidade e seja sempre (de)formativo, a designação trabalho associado⁴ pressupõe um conjunto de ações de caráter associativo e solidário, como é o caso de empreendimentos produtivos afinados com os princípios da economia popular solidária. Trata-se de uma organização intencional, considerando os diferentes níveis de compreensão, de produzir dentro das concepções e sentidos da autogestão. Esta tem como horizonte pelo menos três dimensões: participação igualitária e co-responsável na propriedade, na gestão e nos resultados, numa convivência respeitosa, solidária e cuidadosa com o socioambiente.

3 Os costumes, as experiências, os saberes, a visão de mundo de cada sujeito têm por base um *ethos* típico que carrega as marcas da materialidade da vida construída numa relação dialética entre objetividade e subjetividade. Deste modo, o *ethos* caracteriza-se como uma matriz incorporada que constitui o caráter pessoal ou o modo cultural, esquema praxiológico durável, estilo de vida e ação. Atua como uma sabedoria implícita que remete simultaneamente ao sistema de crenças, um modo de compreensão, de postura perante o mundo e conseqüente modo de agir, um modo de ser-no-mundo (cf. VAZ, 1988; DUSSEL, 1980, 1997; GAIGER, 1997; BOFF, 1999).

4 Lia Tiriba (2001; 2006, p. 118) utiliza a categoria produção associada em dois sentidos: a) a reprodução da "classe-que-vive-do-trabalho" requer uma verdadeira produção associada com redes de solidariedade e colaboração cotidiana com coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção; b) um segundo sentido coloca-se no horizonte econômico-filosófico marxista no qual a produção associada é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção. Prefiro utilizar "trabalho associado" sintonizando, prioritariamente, com o primeiro sentido, ficando a segunda compreensão de fato como um horizonte – a utopia –, mas ainda não a realidade de "produtores livremente associados na produção".

Como nenhuma economia se torna solidária só porque as pessoas são boas e generosas, o alcance destas metas acontece de forma variada de acordo com as condições estruturais de ordem socioeconômico-política e cultural. Depende igualmente, entre outros fatores, da capacidade de compreensão, organização e gestão do trabalho, além da desenvoltura profissional dos sujeitos envolvidos.

Distintamente da forma de trabalho capitalista, os(as) trabalhadores(as) associados(as) articulam estrategicamente os fatores do trabalho e da solidariedade para que estes dêem a direção aos demais fatores de produção, dentro dos limites da lógica do mercado hegemônico. A finalidade mobilizadora é a partilha eqüitativa dos resultados do trabalho para o bem-viver.⁵

Os empreendimentos solidários de trabalho associado apresentam-se com elementos autogestionários essenciais – auto-gestão integral –, não havendo assalariamento. Os(as) trabalhadores(as) geram, de maneira participativa e democrática seu empreendimento. Trabalham coletivamente e a remuneração se dá pelo critério do trabalho, com variações pouco significativas⁶ entre os(as) associados(as). Detêm ou controlam coletivamente os meios de produção (prédio/sala, máquinas/instrumentos tecnológicos, terras...), comercializam ou distribuem coletivamente seu produto (ou serviço) no “mercado solidário” (redes de troca, de “comércio justo” etc.) ou no mercado capitalista.

A acepção “trabalho associado” não inclui os(as) trabalhadores(as) individuais por conta própria, mesmo que estes pertençam aos “setores populares” e se caracterizem como economia não-capitalista porque vivem do próprio trabalho, isto é, não exploram trabalho alheio. Além disso, está presente a preocupação para consolidar uma outra relação de convivência e de cuidado com o socioambiente.⁷

A finalidade de empreendimentos de trabalho associado é, em primeiro lugar, a cooperação em vista da satisfação das necessidades humanas fundamentais, onde os(as) participantes exercem a liberdade e autonomia possível na criação e recriação de um mundo do trabalho com relações sociais de convivência

5 O condicionante desta intencionalidade limita a desejada autonomia, que é condicionada pelas regras colocadas desde a economia capitalista hegemônica, à qual, em última instância, os empreendimentos solidários acabam se sujeitando para poderem sobreviver.

6 Este princípio não consegue ser seguido na contratação de serviços especializados, esporádicos para determinadas tarefas – por exemplo, o conserto de uma máquina, ou outro –, onde o empreendimento não possui autonomia para fixar o custo e obriga-se a remunerar a hora técnica estabelecida pelo prestador do serviço.

7 Com a expressão socioambiente destaco como parte do meio ambiente o ambiente social e natural, com referência às condições dadas pela natureza e o espaço social criada pela ação do ser humano na sua inserção histórica como sujeito.

solidárias. Contempla a produção e beneficiamento de bens, distribuição-consumo e todo tipo de serviços socialmente úteis para o bem-viver (como saúde, educação, cultura, lazer, trabalhos domésticos, cuidados dos filhos, pessoas idosas, doentes...), quando realizados dentro dos critérios de colaboração solidária. As forças individuais são postas em comum e permanecem sob a gestão, controle e apropriação dos resultados de forma participativa e comum.

O trabalho associado, enquanto superação das relações assalariadas, não está determinado pela forma jurídica. Exemplifico. Se uma cooperativa assalaria trabalhadores, seja no estilo tradicional ou na forma de subcontratação terceirizada, exclui-se dessa condição autogestionária. Neste caso, utiliza-se a estrutura jurídica para explorar o trabalho alheio. A categoria “trabalho associado” exige a coerência do compartilhar dos frutos do próprio trabalho, num ambiente que se caracteriza pela comensalidade, doação, reciprocidade, cooperação e uma conseqüente renúncia à apropriação do trabalho alheio (assalariado, contratado legalmente ou não). Nas relações de cooperação, a organização coletiva de um empreendimento autogestionário caracteriza-se pelo assumir co-responsável e participativo da gestão do empreendimento solidário, de acordo com critérios previamente estabelecidos entre os participantes. Por fim, vale dizer que o trabalho associado apresenta um potencial emancipador, na medida em que se constitui uma forma solidária de relações que os(as) trabalhadores(as) estabelecem entre si para a obtenção de resultados econômicos e a satisfação de suas necessidades e desejos comuns de uma vida mais feliz.

De acordo com Gaiger (2003), “o fator trabalho é passível de ser levado ao seu pleno rendimento como trabalho associado” porque possibilita associar resultados econômicos e vantagens afetivas. A energia da ação mobilizada pelos sentidos do comunitário verifica-se através dos objetivos da geração de renda, em vista de proporcionar vida digna para os(as) participantes. De outro lado, infiro que tais espaços de trabalho coletivo podem oportunizar mediações pedagógicas geradoras de sujeitos sociais solidários e uma outra cultura do trabalho, resultando na formação de um novo ethos, terno e democrático.

3 A dialética entre as condições objetivas e subjetivas como mediação pedagógica

O mundo do trabalho perpassa todas as dimensões da vida como um conjunto complexo de interações que oportuniza a reprodução de relações sociais (incorporação do antigo – *ethos* de origem) juntamente com algum nível de produção social (criação do novo – formação de um novo *ethos*). “Não há repetição do velho sem certa criação do novo” (MARTINS, 2000, p. 63).

Nesta linha, o trabalho associado favorece, em função do seu caráter autogestionário, a intervenção dos coletivos de trabalho como sujeitos do processo de formação humana em vista de uma crescente autonomia, especialmente quando há uma unidade articulada de um universo que é simultaneamente técnico, social e cognitivo.

A mediação pedagógica do trabalho associado se estabelece pela relação dialética entre teoria-prática, perpassada pelo contexto cultural, ou seja, uma interação com o *ethos* característico dos(as) trabalhadores(as) associados(as) de um empreendimento. Tal espaço social de trabalho propicia pôr em jogo “o conjunto de valores e representações que os(as) trabalhadores(as) interiorizam, em cada momento histórico, em sua atividade laboral e em outras redes de convivência social: escola, família, igreja, associações de vizinhos, partido, sindicato etc.” (TIRIBA, 2001, p. 229).

Acreditar numa contribuição emancipadora da educação implica assumir que as condutas de vida são aprendidas em um ambiente. Todos os ambientes oferecem a capacidade de educar, dependendo da nossa percepção e relação significativa com eles. É o que afirma Gutiérrez (1999, p. 113): “Um ambiente educativo será um lugar de encontro que possibilita a criação permanente de novas situações, nas quais o ‘eu’ e o ‘nós’ estão em relação recíproca, dinâmica e construtiva”. O trabalho associado oportuniza, de modo especial, esse fluxo de relações que germinam e frutificam processos econômico-educativos capazes de alterar o *ethos* individual e coletivo.

As mediações pedagógicas presentes nas experiências de trabalho associado oportunizam a relação do processo de educação popular com a conquista de saberes individuais e coletivos. Mas, ao mesmo tempo, pode realizar-se a formação de subjetividades capazes e desejosas de percorrer os caminhos emancipatórios. Concretamente, estes caminhos passam pela construção de uma cultura do trabalho associado para além dos limites da dinâmica produtiva, visto que a subjetividade do(a) trabalhador(a) nunca é somente resultado das relações do ambiente de trabalho. Lia Tiriba (2001) salienta, recuperando a concepção dialética: “A subjetividade do trabalhador não é só o resultado das relações vividas no ambiente de trabalho, mas constrói-se e se reconstrói a partir das diferentes experiências vividas em diferentes microprocessos e redes complexas [...]” (p. 236). Ou seja, a singularidade das motivações e interesses dos sujeitos não é somente produto determinado pelas condições objetivas e nem pura construção voluntarista. Ela se constitui na dialética das relações sociais que se estabelecem em qualquer atividade humana, mas, de modo especial, nas relações de trabalho.

Em outros termos, o trabalho associado, ao mesmo tempo em que cultiva relações de produção radicalmente distintas da

produção capitalista, pode extrapolar os limites da atividade do trabalho no empreendimento. Facilita a realização de outras práticas solidárias em torno de necessidades individuais ou sociais assumidas como objetivos comuns por determinados grupos no mundo da reprodução contemplando formas de socialização em torno de outros aspectos da vida como o saber, a cultura, a saúde, moradia, convivência interpessoal na família, com amigos, vizinhos, colegas etc. São processos sempre educativos e, nestes casos, decorrentes das relações de trabalho nos espaços dos empreendimentos solidários.

Assim, concluo que é na pluralidade de instâncias sociais de convivência que as condições objetivas do trabalho também anunciam as condições subjetivas em que o(a) trabalhador(a) se produz e se reproduz (FISCHER e ZIEBELL, 2004). A reprodução ampliada da vida, e não do capital, estabelece uma integração entre o “mundo da produção e o da reprodução”. O entrelaçamento entre essas duas esferas da vida constitui-se em questão-chave na proposta da economia solidária. A reprodução ampliada da vida refere-se a um sentido mais amplo do que a reprodução biológica ou da sobrevivência. Ela inclui as determinações estruturais, mas também as relações cotidianas com suas rupturas – “nos instantes da inviabilidade da reprodução” (MARTINS, 2000) –, quando se instaura o momento da ousadia, da transgressão, da criação.

4 Do paradigma “crematístico” ao paradigma da ecoternura

Após dois séculos de ditadura do realismo materialista, a humanidade depara-se com uma crise civilizacional decorrente de um desenvolvimento como progresso-sem-fim baseado numa economia crematística. A sociedade conformada material e ideologicamente em torno do máximo do lucro tem na destruição utilitarista uma lógica necessária que direciona a produção (produtivismo), o consumo (consumismo), a relação com a natureza (exploração-depredação) e as relações sociais de produção (expropriação do trabalho humano pelo capital). O consumo excessivo dos ricos gera impactos ambientais que prejudicam as condições de existência dos pobres. Essa lógica ainda predominante ameaça brutalmente a vida de toda a humanidade, condenando 2/3 da população mundial à miséria. Neste sentido, Luis Carlos Restrepo (2001) enfatiza:

Não podemos perder de vista que a crise ecológica tem suas raízes, antes de tudo, na problemática surgida a partir da extensão ao mundo inteiro do modelo de monocultura vigente, tanto para a agricultura como para a indústria e a organização burocrática (p. 88).

O *ethos* presente nesta cultura modelada pelas relações capitalistas reflete contradições e causas da destruição. Em função do seu movimento infinito de expansão, capitaneia a entronização da monocultura como modelo de guerra e se apóia na simplificação e na homogeneização, na vontade de erradicar os conflitos, negar a diferença e desenvolver instrumentos cada vez mais mortíferos e precisos para controlar os inimigos, sejam eles pragas, bactérias ou seres humanos (RESTREPO, 2001, p. 89).

A cultura do capital, diferentemente do que busca a cultura do trabalho, induziu a reduzir a concepção e a prática do trabalho à lógica do paradigma crematístico. Da mesma forma como o capitalismo restringe o trabalho à produção do lucro – usando o ser humano como instrumento desta produção que precariza a vida –, o modelo crematístico depreda o socioambiente, comprometendo a vida do planeta. Neste ponto, volto às fontes para uma compreensão original do sentido de economia.

A economia (*oikonomia*, em grego), no sentido original, significa o aprovisionamento material-energético da casa e da *polis* (cuidado da “casa”). Já a forma de economia mercantil enquanto estudo dos preços e sua manipulação para ganhar dinheiro é designada de crematística.⁸ Na sociedade de mercado capitalista, o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários. Mas há outras possibilidades de economias onde se busca a reprodução material da própria vida. Frente aos desastrosos impactos ecológicos da forma crematística, “Trata-se de construir uma sociedade mais ecológica, com o apoio daqueles prejudicados pela distribuição desigual das oportunidades econômicas e também pela distribuição ecológica desigual” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 372).

Desta reflexão, infiro que trabalho e ecologia são dimensões intrinsecamente implicadas, igualmente carregadas de contradições. O trabalho pode ser desenvolvido dentro do sentido original de economia ou com concepção crematística. Esta última, própria da cultura capitalista, é hoje hegemônica, com os seus impactos negativos sobre todos os seres existentes no Planeta. Podemos perceber entre a proposta de trabalho da economia capitalista e economia popular solidária tensionamento entre dois pólos onde se confrontam valores, concepções e sentidos opostos.

Uma das características essenciais assumida como princípio da economia popular solidária tem a ver com a questão do cuidado com o ambiente social e natural, o que se tem designado de “ecologismo(s)”. O conceito original de ecologia evoca

8 Na trilha de Aristóteles, autores como Karl Polanyi (1992) e Martínez Alier (1998) assumem essa distinção fundamental para alertar que a compreensão capitalista é apenas uma das concepções de economia e que surgiu após o seu sentido original. A forma capitalista de economia não é natural, pois passou a se constituir a partir do final do feudalismo.

uma crescente preocupação ética que implica uma relação de convivência com a natureza obedecendo à sua lógica interna, sempre na perspectiva de preservação. “Tudo o que tem a ver com a natureza dos sistemas vivos e as suas interações entre eles e com tudo o que existe em nosso planeta tem sido estudado cientificamente pela ecologia” (BRANDÃO, 2005, p. 89).

Na origem grega, ecologia significa o estudo da casa. José Lutzenberger (op. cit. BOFF, 1995a, p. 18) definiu a ecologia como “ciência da sinfonia da vida”, como “ciência da sobrevivência”. A ecologia tem a ver com sustentabilidade, com uma compreensão sistêmica da vida num processo dinâmico de co-evolução (CAPRA, 2002). Luiz Carlos Restrepo (2001) apela para o paradigma da ecoternura,⁹ com um “chamado à ternura e à recuperação da sensibilidade”, abandonando a lógica da guerra contra a natureza e todas as formas de vida. Assim, proponho um conceito de ecologia que integre as dimensões biológica, cognitiva, social e ética da vida, para enfrentar a crise civilizacional que hoje vivemos. Somente assim conseguiremos gerar e valorizar um conhecimento que tenha presente o contexto que nos rodeia, elevando, ao máximo, a sustentabilidade da teia da vida.

Um novo paradigma em ascensão caracteriza-se pela “re-liquidação, re-encantamento pela natureza” (BOFF, 1995a; 1999). Traz a marca da compaixão pelos que sofrem as conseqüências do paradigma crematístico, da ternura para com a vida e da pertença amorosa à mãe terra. A nova racionalidade cosmopolita poderá concretizar-se, mas possivelmente não sem o retorno a sentidos ontológicos que compreendem um “conjunto de princípios que condiciona transculturalmente o comportamento humano” (BOFF, 1999, p. 195). Trata-se de uma ecologia que parte da singularidade do saber ecológico que é relacional e complexo.¹⁰

Martinez Alier (1998) avalia o processo histórico da ecologia desde um olhar da economia, defendendo um ecologismo popular ou o ecossocialismo. Trata-se de uma perspectiva que aponta uma relação entre ecologismo dos pobres com um “paradigma de cuidado”, de distribuição mais igualitária das oportu-

9 Para o autor, “ecoternura é desburocratizar o conhecimento, convertendo sua produção e conservação numa prática de autogestão” em vista de uma racionalidade ecológica que não exclua a ternura e não se feche na “arrogância imperial”. “Não é possível continuarmos pensando o técnico como sede do saber, porque o conhecimento não está aqui nem ali, nem no sujeito nem no objeto, mas num lugar intermediário, lugar de interação e da construção conjunta” (Restrepo, 2001, p. 84-85).

10 Fundamento-me aqui na concepção de complexidade como interação entre todas as realidades existentes no cosmos, racionalidades e dimensões da vida individual e coletiva. São bases dessa compreensão o ecofeminismo, os estudos de Fritjof Capra (2002), Edgar Morin (1998, 2002) e os autores do pós-colonialismo, alguns dos quais assumem uma perspectiva histórico-crítica (de oposição – Boaventura de Sousa Santos, 2006).

nidades econômicas e ecológicas. Tal proposta conquista espaço em função de que as próprias contradições resultantes do paradigma produtivista e exploratório geram múltiplas reações por parte de um número crescente de pessoas, grupos humanos, organizações e instituições das sociedades. São muitíssimas as experiências, em todos os campos da vida, que a tradição científica ou filosófica ocidental ainda não conhece ou não considera importantes. É uma riqueza social “desperdiçada” que precisa de um novo modelo de racionalidade para ser reconhecida e valorizada por meio de uma sociologia das ausências e das emergências (SANTOS, B., 2004, 2006).

Localmente, na prática dos empreendimentos de economia solidária, fica visível que a percepção ecológica é socialmente construída (Martínez Alier, 1998), e, por isso, há resistências aos movimentos de ecologismo popular que constroem novas práticas e saberes ecológicos. A questão ecológica, enquanto vertente de construção de sentidos e saberes emancipadores, ocupa hoje lugar privilegiado em diversas experiências de trabalho associado, articulando a crítica ecológica e sociopolítica. Mas a mudança de paradigma passa, igualmente, pela epistemologia, pela finalidade política e social da ciência, pelo modelo econômico e pela cultura. E sua construção exige o compromisso com uma racionalidade ética, terna e democrática.

5 Ecologia de saberes: em busca de uma racionalidade ética, terna e democrática

Boaventura de Sousa Santos (2004, 2006) tem utilizado ecologia de saberes com o sentido de dar consistência e legitimação epistemológica ao saber propositivo de caráter emancipatório. Por isso, afirma que ela é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva. Ecologia assume a idéia de multiplicidade e de relações não destrutivas entre os agentes protagonistas das diferentes práticas. A idéia dessa ecologia pressupõe que a realidade não pode ser reduzida ao que existe e, por isso, inclui as realidades ausentes porque foram silenciadas, supressas ou marginalizadas pelas monoculturas.

A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer [...]. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes [...]. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conheci-

mento em processo constante da criação e renovação (SANTOS B., 2006, p. 154 e 157).

A ecologia de saberes visa a facilitar, em última instância, a constituição de sujeitos democráticos, individual e coletivamente, que sejam capazes de combinar a compreensão relacional dos fatos com crescente paixão e vontade de lutar contra a opressão, mas com humildade, característica da postura da pessoa aprendiz e educadora.

Brandão (2003, 2005) estabelece uma relação entre a ciência praticada em universidades e em outros centros de saber, considerando que, tão válido quanto o conhecimento propriamente científico, é o conhecimento e o modo de ver e agir de outras unidades sociais que se constituem espaços aprendentes de ação e reflexão. Ao lado de um conhecimento considerado científico, existe, por toda parte, uma variedade de outros saberes, de outros sistemas culturais, valores e sensibilidades gerados entre diferentes grupos humanos. “Nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz do que a soma de diferentes contribuições; a integração entre diferentes experiências de vida, entre diversos modos de sentir e pensar” (BRANDÃO, 2005, p. 90). Em que medida poderíamos afirmar que a dimensão da ética, da sensibilidade (ternura) e da valorização e respeito ao diferente (democracia) estão mais presentes em saberes não reconhecidos desde o horizonte positivista da ciência? O fato é que “todos os conhecimentos são contextuais e são-no tanto mais quanto se arrogam não sê-lo” (MENESES, 2004, p. 735). Daí a posição crítica em relação a saberes que se colocam como únicos, o que tenho designado como monoculturas¹¹ ou razão metonímica.

Para voltar à possibilidade de (re)construir pessoal e socialmente o habitat humano e retomar um paradigma de vida de cuidado, faz-se necessário que os processos de pesquisa e educação sejam capazes de enfrentar a razão metonímica. Esta se caracteriza pelas lógicas das monoculturas do saber. Já a perspectiva da ecologia de saberes fundamenta-se na consciência de incompletude. Trata-se de uma construção solidária, não colonialista: saberes construídos sempre de maneira processual, histórica e coletiva. A ecologia de saberes pretende traduzir “a captação da totalidade orgânica e aberta da realidade e do saber sobre esta totalidade” (BOFF, 1995a, p. 18). Tudo existe dentro de

11 Como o próprio termo já diz, monocultura significa cultura única. No sentido aqui utilizado, refere-se a concepções que se entendem absolutas, como verdade única. Por exemplo, na monocultura dos critérios de produtividade, a economia popular solidária é desclassificada, declarada inexistente, “ausente” (cf. SANTOS B., 2004) pela lógica do lucro. Assim existem outras monoculturas como do saber (científico, técnico...), do tempo linear, da religião (quando assume a postura fundamentalista ou se coloca como a única verdadeira), e outras.

uma interação e interdependência. E acrescenta Boff: “Se tudo é relação e nada existe fora dela, então, a lei mais universal é a sinergia, a sintropia, o inter-retro-relacionamento, a colaboração, a solidariedade cósmica e a comunhão e fraternidade ou sororidade universais” (idem, p. 52).

Na prática, a ecologia de saberes pretende uma nova interação de relações radicalmente democráticas e éticas, instaurando a solidariedade como modo sustentável, generoso e co-responsável de as pessoas e os grupos humanos interagirem entre eles (BRANDÃO, 2005). Na perspectiva ética, trata-se de um conhecimento-emancipação como ação e não como representação do real. Como práxis histórica, deve levar a avaliar sempre o conhecimento, combinando o cognitivo com o ético-político: quais os seus resultados nas relações concretas na sociedade e na natureza?

Com esse entendimento, gradativamente, torna-se possível a libertação da monocultura do saber científico ou da razão metonímica, para avançar rumo à consolidação crescente de uma ecologia de saberes. Não se trata de buscar uma alternativa à monocultura do científico como se os demais saberes fossem inferiores. A idéia de alternativo pode trazer uma conotação latente de subalternidade. Proponho a busca de credibilidade para os conhecimentos “não-científicos” e na utilização contra-hegemônica do conhecimento científico. “A ecologia de saberes visa criar uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento” (SANTOS, B., 2006, p. 108). Muitos movimentos sociais que lutam hoje contra a desigualdade e a exclusão fundamentam sua ação em saberes, em muitos casos, não reconhecidos como científicos. A pesquisa, por sua vez, está igualmente neste campo de disputa de interesses, podendo tornar-se uma mediação para melhor compreender, evidenciar e validar saberes não reconhecidos na lógica do paradigma pragmático e predatório que se constituiu também com apoio da ciência.

Em meio às lutas sociais emancipatórias, sobretudo as do Sul, poderão estar se evidenciando elementos de uma transição paradigmática de caráter epistemológico e societal. Por isso, a compreensão de um conhecimento-emancipação, enquanto ecologia de saberes, carrega a potencialidade da “democracia-sem-fim” (SANTOS, B., 2004). Nela, a solidariedade confere ao “novo senso comum” a sua marca de ética e ternura (co-responsabilidade pelo futuro e relação amorosa, de respeito e complementariedade com todos os seres) e a marca política (dimensão participativa – democracia participativa em torno de uma outra organização econômica e social) que dá sentido e rumo aos projetos de transformação social.

A conclusão dessas considerações sugere que a busca da justiça social se ligue intimamente com a luta por uma justiça

cognitiva. A ecologia de saberes propõe-se a assumir, em última análise, um horizonte ético e democrático que priorize a igualdade de oportunidades. O desafio está em ousar na reflexão histórico-crítica de caráter dialético-hermenêutico sobre os processos coletivos das organizações e lutas emancipatórias.

As ecologias de saberes podem ser construídas através de mediações pedagógicas presentes nas práticas sociais, e, por sua vez, o novo *ethos* terno e democrático que vai se consolidando possibilita novas mediações com vistas a radicalizar a perspectiva ética do cuidado e avançar no processo de emancipação social. Ou seja, no bojo da proposta está o clamor pelo reconhecimento de um conhecimento apropriado também aos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos. Enquanto sabedoria de vida, tais saberes são alimentados por ações coletivas emancipatórias desses grupos, apesar das ambigüidades e ambivalências¹² inerentes às práticas sociais.

Nesta linha, trata-se de recuperar e valorizar outros sistemas de produção, o que implica reconhecer e validar organizações e empreendimentos de economia solidária, de modo especial, pelo seu caráter ético. Esta concepção de “economia” inclui “objetivos tais como participação democrática, sustentabilidade ambiental, equidade social, racial, étnica e cultural, e solidariedade transnacional” (SANTOS, B., 2006, p. 114). Cabe à “sociologia das ausências” incluir as realidades ausentadas pelo silenciamento, supressão e marginalização.

O uso afirmar a possibilidade de uma pedagogia das emergências, onde as experiências de economia popular solidária, e outras, possam contribuir para contrapor-se a uma relação de subalternidade mediante o diálogo entre diferentes saberes. Menezes (2004, p. 746) apresenta uma compreensão de como os saberes locais podem articular-se em constelação de saberes contra a monocultura do conhecimento:

a) o saber local não pode ser visto como um conhecimento autêntico, único e exclusivo de determinado grupo; ele é sempre promovido em diálogo e na resistência entre conhecimentos globais e locais;

b) como conhecimento situado, produzido e partilhado, contém saberes práticos e teóricos, relacionado com elementos técnicos;

12 Para Pedro Demo (2002, p. 20-21), “A realidade se diz *ambígua* quando possui estrutura difusa, não-linear, caótica, apresentando-se como autêntica unidade de contrários”. Além de não reversível, todo fenômeno histórico é campo dinâmico de força ou energia e nunca restrito a um único sentido. Diferentemente da visão estruturalista, os fenômenos são intrinsecamente dinâmicos e contraditórios. A realidade se diz *ambivalente* quando sua dinâmica manifesta direções opostas no mesmo todo e ao mesmo tempo. “O termo ‘ambíguo’ designa traços da estrutura da realidade, enquanto o termo ‘ambivalente’ aponta para modos de seu vir a ser.”

c) esse saber local não está distribuído homogênea e uniformemente dentro do grupo que o utiliza e (re)produz, havendo uma variação de grupo para grupo;

d) a posse, a transmissão e a negociação desse saber têm a ver com as diferenças sociais e relações de poder.

Aqui entra a contribuição da investigação que visa conhecer melhor as potencialidades das práticas sociais já existentes em relação às alternativas possíveis, buscando uma relação equilibrada entre experiência e expectativa. Concretamente, a sociologia das emergências assume aqui o sentido de trazer à existência e validar práticas sociais emancipadoras, com as maiorias da população excluída dos benefícios sociais da humanidade, espalhadas tanto nos países do Sul como do Norte.

Com o novo paradigma que se vislumbra, associam-se os sentidos de emancipação social, que implica socialização dos meios naturais e tecnológicos de produzir e reproduzir a vida, em sintonia solidária com as condições da natureza. Isto significa: associativismo livre, com responsabilidades e oportunidades iguais para fins comuns; e não a abolição do trabalho como pregam certas correntes de pensamento, mas a superação da sua dimensão opressora e alienante. Esta compreensão contempla ainda a apropriação social do processo de gestão da tecnologia e produção científica de ponta para que esteja a serviço de toda a humanidade, diferentemente da gestão capitalista, onde uma minoria hoje a domina para fins de lucro e dominação. Além das questões ligadas ao trabalho, agregam-se os novos desafios que ampliam a emancipação social, como é o caso da sustentabilidade ambiental, das questões de gênero, das discriminações de minorias étnicas, sexuais, culturais etc.

6 Os processos educativos para uma cultura do trabalho e emancipação social

O ambiente social contraditório de disputa entre diferentes forças da sociedade e relações solidárias de doação, cooperação e reciprocidade é o espaço de afirmação de uma cultura do capital e, ao mesmo tempo, espaço para construir e consolidar uma nova cultura do trabalho. Em meio à teia de relações que se estabelece, é possível valorizar mediações pedagógicas que apontem para a emancipação da “classe-que-vive-do-trabalho”. Nesta perspectiva, está aberto o caminho para construir um paradigma societal, com base no cuidado-reciprocidade e não na exploração. Com base nos potenciais educativos dos espaços de trabalho associado, é possível compreender os empreendimentos de EPS, apesar de sua fragilidade econômica e política, como instrumentos de abertura de caminhos para uma outra economia. A consolidação desta possibilidade é tanto maior

quanto mais a prática dos princípios da autogestão, com as mediações pedagógicas oportunizadas, for potencializada no sentido de gerar um *ethos* favorável à vivência de novas relações sociais de produção e reprodução. Somado às lutas de outras forças sociais, o processo educativo poderá qualificar a contribuição da EPS no caminho de construção gradativa da emancipação social.

Os empreendimentos de EPS como instrumentos a contribuir na abertura de caminhos, enquanto modos solidários de produzir, oportunizam espaços pedagógicos com novas relações sociais que articulam a dimensão econômica, política e cultural. É a partir de experiências concretas que as utopias de uma vida melhor podem manter-se vivas. A função das práticas e do pensamento emancipador consiste em ampliar o lastro do possível enquanto alternativas de vida.

Neste sentido, os(as) trabalhadores(as) associados(as) em empreendimentos solidários podem estar nos ensinando que, para além do valor monetário da economia, esta pode adquirir aquele sentido original de integrar as diferentes dimensões da convivência humana. A emancipação social se coloca como utopia cuja concretização não é linearmente realizável. O ambiente social contraditório de disputa entre diferentes forças da sociedade – com relações solidárias de doação, cooperação e reciprocidade – é, ao mesmo tempo, o espaço de afirmação de uma cultura do capital e de construção de uma nova cultura do trabalho.

Parto do princípio de que a emancipação social implica realizar a formação para a autonomia que não se restrinja ao nível individual. Em meio às mediações culturais, a emancipação implica a democratização das dimensões interdependentes como a econômica, a social, a política e a cultural, com vistas a superar desigualdades e processos de exclusão.¹³ Emancipação em tal sentido exige um processo coletivo para contribuir com a transformação social, criando condições para que os sujeitos, socialmente, conquistem a autonomia solidária através do trabalho associado articulado com os demais espaços onde se desenvolvem lutas de cunho emancipador. O trabalho associado, articulado com a perspectiva ecológica, pode tornar-se um princípio e

13 Desigualdade e exclusão não são sinônimos. A primeira, como um fenômeno socioeconômico, é o resultado da “integração” subordinada como forma de pertença a um sistema hierárquico (MARTINS 1997; 2002). Quem está “embaixo” na pirâmide social é indispensável. Segundo Marx, o grande princípio de integração social na sociedade capitalista se assenta na desigualdade entre capital e trabalho, com base na exploração dos(as) trabalhadores(as). Já a exclusão refere-se a um fenômeno centrado mais no caráter cultural e social, que se assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação. Quem está “embaixo” está fora. Normalmente, os grupos sociais inserem-se nos dois sistemas, podendo haver diferentes combinações.

fim educativo, constituindo-se mediação pedagógica central, onde o ponto de partida é o saber prático da atividade do trabalho, e o ponto de chegada, a instauração de novas práticas.

Na perspectiva da educação popular, o caminho passa pelo mundo real e concreto das condições de vida, de trabalho, dos desejos e necessidades, onde a atividade do trabalho seja ainda mais potencializada como instância de formação humana. Para tanto, os(as) trabalhadores(as) associados(as) precisam dominar operações básicas para fazer contas, avaliar o atual quadro econômico, projetar metas de produção e comercialização que garantam a remuneração pretendida e a manutenção da unidade produtiva, conhecimento sobre os meios de produção (máquinas, equipamentos...), desenvolvimento tecnológico etc. Como atores protagonistas do processo de trabalho deverão ser capazes de compreender os princípios fundamentais da gestão, tendo acesso aos conhecimentos necessários que lhes permitam também questionar, opinar, propor mudanças, enfim, decidir sobre qual é o tipo de gestão administrativa, financeira, jurídica que melhor coincide com os interesses coletivos (TIRIBA, 2001, p. 223).

Os vínculos entre trabalho, educação e economia são um campo fértil de mediações pedagógicas. Se a pedagogia é uma prática social, um movimento que articula saberes e conhecimentos, ela “pode e deve ser um instrumento poderoso para que sejam elaboradas estratégias, as quais venham contribuir com a realização de novos modos de se produzir e construir novas relações em sociedade” (PEIXOTO FILHO, 2004, p. 51). Para os(as) trabalhadores(as), o sentido da educação está mesmo no desafio de se tornarem “donos” do seu próprio trabalho. E o trabalho associado vem se apresentando como estratégia de sobrevivência, como estratégia de vida e como projeto de sociedade (RAZETO, 1990), buscando consolidar um modelo de organização social ético, terno e democrático.

Este é o projeto pedagógico que se efetua no horizonte dialógico na interação entre objetividade-objetividade comunitária mediante a transformação real das estruturas que oprimem o educando desde a “comunidade das vítimas oprimida [...] os condenados da terra” (cf. DUSSEL, 2000, p. 435 e 441). A emancipação social e a solidariedade são autênticas utopias, mediação para um processo que passa por uma educação libertadora.

Contudo, a presença da solidariedade em práticas sociais não significa automaticamente um processo de emancipação. A economia solidária contém, ao mesmo tempo, aspectos de assistencialismo e de emancipação, o que tem a ver com questões culturais e metodológicas. Socializar os frutos materiais e espirituais da atividade humana será um processo permanentemente aperfeiçoável. Este pode começar por eliminar a fome, mas pressupõe

a contínua expansão da qualidade de vida para todas as pessoas, através da rearticulação entre o social e o econômico.

A dinâmica emancipadora exige que os(as) trabalhadores(as) rompam com uma cultura de dependência, elementos de subordinação incorporados ao *ethos* no decorrer da vida em que os sujeitos se acostumaram a reproduzir relações de dominação, recebendo ordens. Em outras palavras, necessitam superar o temor entranhado – desde os processos educativos ocorridos na família, na escola e nas relações sociais, no trabalho e na vida cotidiana – de que sofrerão represálias caso se autonomizem deixando de agradar seus “superiores”. Trata-se de um (re)construir gradativo de uma nova cultura considerando que as heranças culturais que plasmaram um *ethos* contraditório a ser superado carrega as marcas da colonialidade do poder e do saber de 400 anos de escravidão no Brasil.

Nos empreendimentos de economia popular solidária, a própria atividade do trabalho, com seus múltiplos elementos – seja pela sua organização, prática de gestão, relações de trabalho e convívio ou relações com espaços externos; seja pelo uso de objetos técnicos, saberes partilhados e construídos etc. –, pode contribuir na (re)construção de um novo *ethos*: uma cultura do trabalho. Ao criar um ambiente de trabalho associado, qualificando as condições materiais, fortalece-se a dimensão formadora dos sujeitos que se compreendem participantes na construção de um mundo de matriz solidária, profundamente humana e com indissociáveis laços de interdependência com todos os seres vivos.

Nesta linha, o trabalho associado favorece, em função do seu caráter autogestionário, a intervenção dos coletivos de trabalho como sujeitos do processo de formação humana em vista de uma crescente autonomia. Todavia, a formação de um *ethos* favorável ao processo de emancipação social não pode deixar de considerar a relativa e frágil autonomia do trabalho associado nas suas diversas formas, considerando todo o ciclo produtivo, frente aos condicionamentos colocados pelo modelo de mercado capitalista hegemônico. Não sendo possível criar um mundo à parte, os empreendimentos vivem a tensão entre a tendência a se adaptarem às regras ou a resistirem ao jogo capitalista, correndo o risco de não sobreviverem.

O processo educativo que fortaleça uma racionalidade de ecoternura insere-se no contexto mais ampla do movimento emancipatório com vistas a um desenvolvimento sustentável e solidário. Vale lembrar algumas estratégias pedagógicas amplas relacionadas com a ótica do Sul (cf. Mário Peresson, 2006): a resistência, a inovação, a apropriação e a reapropriação. Os povos historicamente dominados na América Latina e no mundo podem adotá-las para defender-se dos mecanismos de agressão e opressão através:

- a) da resistência, que pode ser passiva, mas não menos importante na retomada dos valores autóctones de cada cultura;
- b) da inovação, como resposta aos problemas que surgem na vida cotidiana;
- c) da apropriação, isto é, controle sobre elementos culturais alheios que o povo adapta às suas próprias necessidades;
- d) da reapropriação, como forma de resgate de recursos anteriormente expropriados, como a memória histórica, os conhecimentos, as formas organizativas, de comunicação etc.

Com tal roteiro emancipatório, os temas geradores decorrentes das “situações-limite” podem alargar-se, indo do local para o global. Trata-se de perspectivas interdisciplinares que exigem, necessariamente, a presença atuante da pesquisa participativa comprometida com os interesses da população brasileira, latino-americana e mundial não contemplada no atual paradigma de organização excludente das sociedades.

A consolidação de um modelo de cuidado e ecoternura passa pela prática de um conjunto de valores, princípios e inspirações que, junto com o trabalho associado, pode incidir qualitativamente em favor de uma cultura do cuidado incorporada a um projeto político, econômico, cultural e ecológico. Este projeto combina-se com os objetivos da organização de autogestão [gestão participativa dos(as) trabalhadores(as) donos(as) do seu empreendimento], em que os saberes estimulam e realizam relações econômicas de comensalidade, de reciprocidade, de gratuidade, de cooperação e de mutirão.

a) A comensalidade tem a ver com convivência, com a distribuição e aproveitamento dos bens, de acordo com a disponibilidade e necessidades comuns do grupo. Lembra o hábito de comer juntos em sua casa ou em casa alheia numa relação de companheirismo. Companheiro na raiz da palavra significa: comer juntos do mesmo pão (à mesa).

b) A reciprocidade realiza-se na base da troca, onde cada participante faz para a outra pessoa o que gostaria que os outros lhe fizessem. Nessas relações se realiza o tripé: dar – receber – retribuir, num processo contínuo.

c) A gratuidade visa a valorizar as relações fora do espírito de cobrança, que visa a contribuir mesmo sem receber algo em troca.

d) As relações de cooperação resultam da organização coletiva de um empreendimento (ou cooperação entre vários grupos), dividindo os custos e os bens produzidos, de acordo com critérios previamente estabelecidos entre os(as) participantes.

e) As práticas de mutirão introduzem costumes tradicionais de solidariedade. Estas caracterizam-se pelo auxílio gratuito que os sujeitos envolvidos prestam uns para os outros na realização de trabalhos em proveito de um só, ou em vista de uma finalida-

de comum. Cada participante dá o melhor de si para uma causa comum, com o assumir co-responsável de todos(as), para coletivamente dar conta da tarefa assumida.

g) A solidariedade caracteriza-se por uma ligação sólida entre coisas inseparáveis. Somos parte da grande “teia de relações” de tudo o que existe. São as relações que têm como base a atitude, o compromisso político e ético com o destino comum do planeta, na medida em que tudo está interligado. E não só somos parte da criação (natureza: ar, água, terra, plantas, animais...) como dependemos dela para poder existir e viver felizes.

Considerações finais

Como fortalecer um modelo de cuidado e ternura?

O paradigma do cuidado ou da ecoternura coerente com a postura aprendente e da ecologia de saberes não aceita a ideologia fatalista, segundo a qual as coisas não podem ser mudadas. O modelo de cuidado assume o projeto de defesa da vida que não combina com a eliminação do outro. Rejeita toda e qualquer violência e incentiva o crescimento do outro. Não combina com a atitude de querer moldar ou impor um jeito de ser às outras pessoas como se todos(as) deversem ser iguais. Reconhece as diferenças, assumindo com ternura os conflitos que no espírito do diálogo podem alimentar o crescimento mútuo, tendo como referência os valores éticos da vida solidária.

A construção de outra racionalidade, ética, terna e democrática passa pelo diálogo que exige uma postura de igualdade, de respeito, de saber ouvir com sensibilidade, afetividade. Dialogar é muito mais que pronunciar palavras. É relação com ternura que pressupõe o abandono da arrogância, abre-se à sensibilidade para captar o prazer ou a dor do outro, reconhecendo os próprios limites. Reconhece a fragilidade e compreende que nossa força nasce do compartilhar com as outras pessoas. O diálogo exige uma relação com ternura que não combina com a lógica da vingança, da revanche, do isolamento, da violência, da destruição ou da guerra.

Por fim, enfatizo que a ternura é uma relação de gratuidade e não de cobrança! Não se alimenta da chantagem afetiva que é uma forma de dizer: “pode contar comigo, mas só se for da maneira que eu quero”. Essa atitude força a outra pessoa a não ser ela mesma. É como colocar a pessoa numa câmara de tortura, retirando-lhe lentamente o oxigênio, para forçar a mudança do seu comportamento. No paradigma do cuidado ou da ecoternura, todos os seres são sagrados: as pessoas, a natureza com tudo o que ela nos oferece. E o sagrado não pode ser manipulado. O modelo de exploração expulsou o sagrado da vida cotidiana para que tudo pudesse ser manipulado, explorado.

Um *ethos* terno e democrático exige uma postura de convivência solidária e não de apropriação. Dependemos de tudo que existe na criação. Tudo está interdependente, interligado. Precisamos do ar, da água, da terra, de relações afetivas, de convivência. Cada bichinho, cada vegetal não foi criado por acaso. Tudo tem sua finalidade e contribuição, integrando a teia complexa da vida. A relação de ternura com os seres, por mais “insignificantes” que possam parecer, é um cuidado conosco mesmos. Sermos cuidadosos e ternos significa entender que não somos o centro do ecossistema, não somos os donos da criação...

Por isto, é fundamental evitar a poluição do ar, da água; evitar as queimadas, derrubadas de árvores. O espírito predador (que destrói o outro com violência), o espírito machista, violento e vingativo não condiz com a sensibilidade humana. As pessoas, influenciadas pela sociedade violenta e também por falta de educação (desde a família) são analfabetas no uso de suas necessidades afetivas, emocionais. E, por isso, ficam insensíveis à fragilidade e à simplicidade e, ao mesmo tempo, do grande fenômeno misterioso da vida (ADAMS, 2007b).

O capitalismo globalizado – com a abertura econômica e privatização de bens e serviços estatais – tende a impor uma competição destruidora da vida. Assim, embora nossas ações locais assumam muitos aspectos do modelo do cuidado, sozinhas elas não conseguem superar o modelo da exploração. Com o estímulo da experiência coletiva, as pessoas podem mudar seus conceitos, valores e práticas. Com o “filtro” de novos critérios de um modelo de cuidado/ternura, elas podem rever compreensões contraditórias herdadas do modelo crematístico de violência e exploração, assumindo novas concepções e práticas de vida solidária. Elementos simbólicos, sonhos ou esperanças de um paradigma do cuidado podem enxertar-se na cultura do trabalho associado, colocando o alicerce para uma outra economia.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Telmo. *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*. Tese. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007a.

_____. (Org.). *Educação e Economia Popular Solidária: uma experiência de pesquisa-formação*. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, v.01, 2007b, p. 64.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997, 155 p.

ARROYO, Miguel. *Pedagogia das relações de trabalho. Trabalho & Educação: Revista do NETE*, n. 2, ag/dez, 1997, p. 61-67.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras/es ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação, 2005, p. 84-91.

BOFF, Leonardo. *Princípio-Terra: A volta à terra como pátria comum*. São Paulo: Editora Ática, 1995a.

_____. *Ética e Ecologia*. Barbarói, n. 3, setembro, Santa Cruz do Sul [s.e.], 1995b, p. 7-21.

_____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho & autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2. ed. Tradução Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1980.

_____. *Para uma ética da libertação latino-americana: Eticidade e Moralidade II*. São Paulo: Loyola / Unimep, 1997.

_____. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000. 671 p.

FISCHER, Maria Clara Bueno; ZIEBELL, Clair Ribeiro. Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da produção e da reprodução. In: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Org.). *Trabalho e Educação: Arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, p. 55-74.

_____. *Ethos de posição e vida cotidiana: O ethos como mediação entre condições sociais e comportamentos*. Estudos Leopoldenses, Série Ciências Humanas, São Leopoldo, v. 33, n. 151, 1997, p. 69-94.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 135-143.

GUTIÉRREZ, Francisco. Alcances educativos do “fator C”. In: GADOTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 98-116.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau, SC: Ed. da FURB, 1998.

MARTINS, José de Souza. (2000). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 2. ed. revista e modificada pelo Autor. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

POLANYI, Karl. *La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Traducción e Eduardo L Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 777-819.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e Cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. In: *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, n. 7, jul/dez, 2000. p. 119-130.

STRECK, Danilo R. e EGGERT, Edla. Mediações pedagógicas na implantação do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul: alguns deslocamentos na educação popular. *Educação UNISINOS*. v. 4, n. 7, 2000. p. 141-160.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

_____. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes*. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, 2006, p. 116-122.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: Ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988.



Telmo Adams é natural de São Luiz Gonzaga/RS. Possui licenciatura plena em Filosofia, especialização em Pastoral Popular, especialização em Cooperativismo, com Mestrado em Serviço Social (PUCRS) e doutorado em Educação (Unisinos). Atua na assessoria de Organizações Não-Governamentais e Governamentais, além de ser professor em cursos de especialização e escritor, com pesquisa nas áreas de políticas públicas, educação, economia popular solidária e educação ambiental popular.

Algumas publicações do autor

ADAMS, Telmo. *Prática social e formação para a cidadania*: Cáritas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ADAMS, Telmo. *Vivendo e reciclando*: Associação dos Recicladores de Dois Irmãos ajudando a preservar a natureza. São Leopoldo: Oikos, 2005.

ADAMS, Telmo et al. Saberes da experiência no trabalho associado: Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, 2006, p. 148-153.

ADAMS, Telmo (Org.). *Educação e Economia Popular Solidária*: uma experiência de pesquisa-formação. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2007.

PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa da (Orgs.). *Controle social de políticas públicas*: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

ADAMS, Telmo. Mediação (Pedagógica) (p. 258-259); Sociedade (p. 386-389); Solidariedade (p. 389-390); Sulear (p. 396-398). In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

-
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini